

**VELHOS VERMELHOS:
OS COMUNISTAS EM PASSO FUNDO-RS (1920-1964)**

Alessandro Batistella*

RESUMO:

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a ação dos comunistas na cidade de Passo Fundo (RS) durante os anos de 1920 a 1964, destacando quem eram os principais militantes do período em foco. Nesse sentido, também será verificado quais eram os seus principais objetivos e, sobretudo, como estes atuavam junto à sociedade, aos sindicatos, aos partidos políticos e às eleições locais. Ademais, também será focalizado, nesse estudo, a ação desses comunistas na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935; a criação do núcleo do PCB em Passo Fundo, em 1945; e, por fim, a repressão e prisões que estes militantes sofreram durante esses anos.

Palavras-chave: Comunistas; Passo Fundo/RS; PCB.

ABSTRACT:

The present paper has as main goal to analyze the communist actions in the city of Passo Fundo (RS) from 1920 until 1964, highlighting who were the main militants in the studied period. It is also being verified which were their main goals and, above all, how they acted along with the society, the syndicates, the political party and the local elections. This paper is also focused in the communist's actions in the National Freedom Alliance (Aliança Nacional Libertadora – ANL), in 1935; PCB nucleus creation in Passo Fundo, 1945; and, as an end, the repression and the prisons that these militants suffered through those years.

Kew-words: Communists; Passo Fundo/RS; PCB

Considerações Iniciais

O presente trabalho tem o propósito de analisar uma parte da história da militância e dos militantes comunista em Passo Fundo. Dessa forma, procuraremos, nos limites desse texto, elaborar uma espécie de “panorama geral” da atuação dessa militância. Para tais propósitos, utilizaremos como fontes primárias os dois jornais diários locais – *O Nacional* e o *Diário da Manhã* – além de duas entrevistas.

* Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br.

Ademais, convém, aqui, salientarmos que a presente pesquisa ainda está em andamento. De qualquer forma, o leitor poderá visualizar que a militância comunista teve um papel de destaque junto aos círculos político, sindical e na própria sociedade passofundense.

A militância comunista na República Velha

Infelizmente, a ausência de fontes dificulta o resgate da história da militância comunista em Passo Fundo durante a Primeira República. Há apenas alguns indícios e informações fragmentadas, sujeitas a retificações à medida em que pesquisas forem sendo aprofundadas.

Primeiramente, há informações que atestam que em Passo Fundo existiu o Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo (fundada no dia 29 de junho de 1913), uma organização operária provavelmente influenciada pelos anarco-sindicalistas, uma vez que era uma das 20 associações filiadas à FORGS anarquista, em 1913. Segundo Sílvia Petersen (2001, p. 302-303), o Centro dos Trabalhadores possuía cerca de 40 sócios e chegou a enviar dois delegados (Antônio Cardoso e Adolfo Varela) ao 2º Congresso Operário da Confederação Operária Brasileira, realizado em 1913 no Rio de Janeiro. Entretanto, não temos informações sobre o tempo de duração dessa associação.

Ademais, também há informações sobre a criação da Liga Comunista de Passo Fundo, em virtude da influência da Revolução Russa no movimento operário sul-riograndense, cujos primeiros efeitos foram o surgimento de organizações operárias que se denominavam comunistas (PETERSEN, *ibidem*, p. 352). Entretanto, João Batista Marçal (2010, p. 10) contesta essa informação, assegurando que

[...] o Centro Comunista de Passo Fundo, que existiu entre 1919 e 1920, à semelhança da Liga Comunista de Livramento [...], é obra dos anarquistas. Essas entidades são apontadas, erroneamente, por Hermínio Linhares e uma série de historiadores brasileiros, especialmente paulistas e cariocas, como embriões do Partido Comunista Brasileiro. Como se fossem de cunho marxista.

Portanto, somente temos ciência dessas duas informações acerca da militância anarco-sindicalista e comunista em Passo Fundo. Porém, não devemos condicionar a existência do movimento operário e sindical passofundense à presença ou não de tais militantes, pois sabemos que os trabalhadores locais se organizavam, nessa época, sobretudo em associações mutualistas – alguns inclusive de caráter étnico. Dentre essas associações, a mais significativa foi a Sociedade Operária Beneficente, fundada em 1909. Nos editoriais d’*O Nacional* da década de 1920 há um significativo número de artigos noticiando as atividades da Sociedade Operária Beneficente, sobretudo com relação às trocas de diretorias e as festividades de 1º de maio, Natal e Ano Novo. Analisando tais notícias podemos concluir que a Sociedade Operária Beneficente, naquela época, tratava-se de uma associação apolítica, mutualista e beneficente.

Durante a década de 1920, um das figuras mais influentes da Sociedade Operária era a do advogado João Junqueira Rocha, que, inclusive, presidiu a entidade diversas vezes. No entanto, Junqueira Rocha se tornaria um militante comunista, provavelmente no final da década de 1920 e início da década de 1930, e, ao reassumir a presidência da entidade em 1934, mudaria a diretriz política da entidade, como veremos a seguir.

O comunismo em Passo Fundo nos anos iniciais da década de 1930

Na década de 1930 temos muito mais informações acerca da militância comunista em Passo Fundo, sobretudo se compararmos com o período anterior. É nessa década que se destacaram militantes como João Junqueira Rocha, João Cony, Ernesto Delvaux, João Roma, Jonathas Diniz, Donato Luiz da Silva, Hamilton Albuquerque, entre outros.

Em 1931, João Junqueira Rocha e João Cony, lançaram no dia 1º de maio de 1931, durante as tradicionais comemorações que ocorriam nesse dia na Sociedade Operária Beneficente, um manifesto comunicando a fundação, em Passo Fundo, do Partido Populista Radical. Nessa oportunidade, conforme noticiou o jornal *O Nacional*¹, João Junqueira Rocha chegou a discursar, convidando os ouvintes a se alistarem no referido partido.

João Batista Marçal (2010, p. 15-19) reproduziu o programa do Partido Populista Radical, o que nos permite visualizar o que defendiam esses militantes com relação à política, às relações econômicas, a assistência social, a instrução pública, o exército, a religião, entre outras coisas. No entanto, os indícios nos levam a crer que o referido partido não teve vida longa em virtude da repressão, que, de fato, também não tardou a chegar a Passo Fundo. Dessa forma, no dia seguinte ao lançamento do manifesto de fundação do Partido Populista Radical, João Junqueira Rocha e João Cony foram presos, fato que repercutiu na cidade (Cf. BATISTELLA, 2008).

No dias seguintes, a imprensa local divulgava novidades: no dia 7 de maio houve a prisão, na Estação Sertão, de Delphino Gavião, que fazia “propaganda comunista”². No dia 14 de maio, Junqueira Rocha e João Cony foram enviados a Porto Alegre, sendo soltos no dia 18 e regressando a Passo Fundo no final do mês.

Em março de 1932, foi criada em Passo Fundo uma seção da Legião Proletária Rio-Grandense, que aglutinava na sua diretoria alguns comunistas locais, como Jonathas Diniz (presidente) e Donato Luiz da Silva (vice-presidente). Dentre as suas principais finalidades estavam: a) desenvolver o verdadeiro espírito de classe, união e solidariedade que devem existir entre os trabalhadores; b) fomentar a cultura intelectual, moral e física, e incentivar as atividades cívicas no seio do operariado por meio de aulas, conferências e exercícios ginásticos; c) sustentar e defender perante os poderes públicos e os patrões os direitos, interesses e aspirações dos operários; d) lutar pelas reivindicações imediatas da classe operária relativas ao seguro social contra desemprego, doença, velhice, invalidez e morte, criação de Cooperativa dos trabalhadores, etc.³

Segundo o jornal *O Nacional*, a Legião Proletária angariou um número significativo de adesões, chegando a mais de cem⁴. Ademais, a entidade também teria organizado, a partir do final de maio de 1932, aulas noturnas do ensino primário aos “legionários”⁵, além de entrar na briga em prol da jornada de trabalho de 8 horas.

A Liga Eleitoral Proletária (1934)

Em 1934, o comunista João Junqueira Rocha reassumiria a presidência da Sociedade Operária Beneficente, imprimindo-lhe uma nova orientação. Dessa forma, a Sociedade Operária abandonaria a sua tradicional posição apolítica e se aproximaria, juntamente com a Legião Proletária, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que após a sua reorganização estava sob o controle dos comunistas. Esta aproximação com a FORGS resultaria na coalizão da Sociedade Operária e da Legião Proletária em prol da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária.

Apesar do Ministério do Trabalho proibir toda e qualquer atividade político-ideológica junto aos sindicatos, a campanha para a eleição de líderes operários nos pleitos de outubro de 1934 – onde seriam escolhidos os deputados federais e as Assembléias Constituintes estaduais – mobilizou o operariado de todo o Rio Grande do Sul. E foi nesse contexto que a FORGS criou, a 16 de julho de 1934, em Porto Alegre, a Liga Eleitoral Proletária (LEP), uma agremiação filiada à linha revolucionária do PCB. A Liga Eleitoral Proletária, conforme o seu estatuto, seria administrada por uma direção composta por sete membros⁶ e apresentava-se aos trabalhadores explorados e oprimidos para defender o seu programa de luta de classes (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 401-405).

A LEP comprometia-se, por intermédio dos seus candidatos, a pleitear todas as reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores, tais como: aumento de salários e diminuição de horas de trabalho; trabalho e salário iguais para ambos os sexos; caixas de aposentadorias e pensões custeadas pelo governo e patrões dirigidas e controladas por trabalhadores; assistência hospitalar gratuita para o trabalhador e sua família; proibição do trabalho para os menores de 18 anos; licença maternidade de 60 dias após o parto, com salário integral, assistência médica e garantia no emprego, dentre outras. Dentre as reivindicações políticas estavam: direito de voto aos marinheiros, soldados e analfabetos; igualdade de direitos para todas as raças exploradas e oprimidas (negros e índios); livre manifestação de pensamento pela palavra escrita e falada; direito de reunião e de greve; abolição da lei dos 2/3 e de expulsão de operários estrangeiros por questões sociais; liberdade e volta imediata de todos os presos deportados por questões sociais; sindicalização independente; existência legal e pública do PCB, da

Confederação Geral do Trabalho e de todas as organizações proletárias revolucionárias (Idem, p. 406-407).

Em Passo Fundo, a coalizão entre a Sociedade Operária Beneficente (presidida por Junqueira Rocha) e da Liga Proletária Rio-Grandense (cuja seção local era presidida por Jonathan Diniz) resultou na criação de um comitê local da Liga Eleitoral Proletária, após uma assembléia realizada na sede da Sociedade Operária no dia 6 de agosto de 1934. Nesta assembléia, conforme noticiou o jornal *O Nacional*:

O presidente do Comitê de Passo Fundo, João Junqueira Rocha, abrindo a sessão, explicou que os fins da Liga era utilizar o voto como arma de combate e a tribuna parlamentar como instrumento de propaganda em defesa da classe trabalhadora. Deixando clara a sua orientação política, disse que “não tinha ilusões a respeito da tapeação legislativa, pois estava convencido que a sorte dos operários só poderia ser melhorada com a implantação do socialismo pela ditadura do proletariado. Mas, enquanto não chegava o grande dia, aconselhava a qualificação eleitoral porque o título é uma arma e, nesta luta de vida ou morte, nenhuma arma podia ser dispensada”.⁷

João Batista Marçal (2010, p. 29) reproduz uma correspondência enviada por João Junqueira Rocha e Jonathas Diniz ao jornal *A Voz do Trabalhador*, no qual notificavam a criação do referido comitê em Passo Fundo no dia 6 de agosto, além de informarem os nomes dos componentes do mesmo⁸.

Durante o mês de agosto, os trabalhos do Comitê da LEP de Passo Fundo prosseguiram ativamente. Em uma reunião, realizada no dia 9, decidiu-se pela criação de vários núcleos de propaganda na cidade e no interior do município, além da realização quinzenal de assembléias de massa. Além disso, o Comitê também resolveu que a qualificação eleitoral de seus “camaradas” fosse feita por intermédio da prefeitura e dos centros do Partido Republicano Liberal⁹.

No dia 4 de setembro, chegou a Passo Fundo a famosa “Caravana Operária”, que percorria o estado difundindo a propaganda da Liga Eleitoral Proletária. Composta por Polycarpo Hibernon Machado (presidente da FORGS), Ângelo Plastina, Leopoldo Machado e Euclides Souza, a Caravana foi recebida na estação ferroviária pelas diretorias das organizações locais e conduzida ao Hotel Avenida, onde se hospedaram. Em seguida, os membros da Caravana dirigiram-se à sede da Sociedade Operária, onde

teve início o primeiro comício, presenciado por uma numerosa massa popular que ultrapassava a porta da entidade e chegava até a calçada¹⁰.

O Nacional noticiou com detalhes esse comício:

Depois de fazer a apresentação dos excursionistas, o dr. João Junqueira Rocha, Secretário-Geral do Comitê local, passou a direção dos trabalhos ao presidente da Federação Operária, sr. Polycarpo Hibernon Machado, o qual proferiu eloqüente discurso entrecortado de aplausos e aclamações dos presentes, que apoiavam entusiasticamente as palavras do orador relativas às reivindicações políticas e econômicas pleiteadas pela Liga em favor dos operários, camponeses e soldados.

Falaram depois os membros da caravana, srs. Leopoldo Machado e Euclydes Souza, que discorreram amplamente sobre as contradições do regime capitalista, cuja última etapa é o atual imperialismo financeiro que, segundo disseram, está escravizando os pequenos lavradores e operários, reduzindo-os à miséria pelo desemprego, pelo fechamento das fábricas e pela destruição dos produtos.

Por estar um pouco adoentado da garganta, deixou de falar o sr. Ângelo Plastina, que goza de grande reputação como orador proletário, e que fará hoje o seu discurso no segundo comício, que terá lugar às 20 horas, no mesmo local.

Durante o dia de hoje os membros da caravana têm sido muito visitados e andaram percorrendo a cidade e arredores em automóveis oferecidos gratuitamente pelos correligionários. (...) O presidente da Sociedade Operária pede para esclarecer que hospedou a caravana no Hotel Avenida porque o sr. Eduardo Barreiro cobra apenas meia diária, pois do contrário iria procurar outro hotel mais modesto¹¹.

No dia seguinte (dia 5), houve outro comício da Caravana Operária na sede da Sociedade Operária. *O Nacional*, mais uma vez, noticiou com detalhes este acontecimento:

(...) realizou-se ontem, na sede da Sociedade Operária, perante numerosa assistência, o segundo grande comício de doutrinação e propaganda levado a efeito pela caravana que percorre o Estado em prol da Liga Eleitoral Proletária. O primeiro orador foi o sr. Polycarpo H. Machado, que fez ampla exclamação, muito aplaudida sobre as teses: o papel da mulher na construção do socialismo, a família no regime socialista, e o crédito hipotecário e os pequenos lavradores. Falou depois o sr. Euclydes Souza, que explicou os trabalhos das organizações revolucionárias, legais e ilegais, Partido Comunista, Liga Eleitoral, Socorro Vermelho e outras que agem independentemente entre si, porém harmônicas, visando o mesmo objetivo final, que é a emancipação dos trabalhadores.

Em seguida, ocupou a tribuna o sr. Leopoldo Machado, que discorreu sobre a inutilidade das leis sociais votadas pelo governo provisório, que vieram ainda mais agravar a situação dos operários, por isso que dando margem às greves e conflitos estes são sempre resolvidos pelo governo e pela polícia contra os operários e a favor dos patrões, conforme numerosos exemplos que citou.

Por último dos membros da caravana, falou o sr. Ângelo Plastina, que se estendeu em eruditas considerações sobre o imperialismo financeiro, que se infiltrando sob a forma de empréstimos públicos e empresas de monopólio, reduzem, pela diminuição da independência econômica, os países da América do Sul a uma situação subalterna de semi-colônias sujeitas ao controle político como reflexo das dívidas públicas e particulares aos capitalistas da alta burguesia.

A convite, falou depois o sr. João Junqueira Rocha, que fez um discurso relativo à situação política nacional e do estado, declarando que a emancipação econômica e cultural dos trabalhadores só poderá ser conseguida no regime do socialismo aplicado através da ditadura do proletariado. Seguiram-se com a palavra os srs. Jonathas Diniz e Antonio Grespan, que fizeram rápidas saudações à caravana.

Todos os oradores foram muito aplaudidos e, por vezes, interrompidos com salvas de palmas e aclamações, encerrando-se o comício à meia-noite, até quando se conservou o edifício repleto de ouvintes de ambos os sexos, calculado em aproximadamente mil pessoas (sic), que transbordavam do vasto salão e salas contíguas.

Para custear as despesas da caravana, foi feita por diversas senhoras e cavalheiros uma coleta em chapéus (...), tendo o sr. Eduardo Barreiro se oferecido para pagar a conta do hotel. A caravana seguiu hoje para Cruz Alta¹².

Como seus candidatos, a Liga Eleitoral Proletária definiu os seguintes membros:

Deputados Federais: Ângelo Plastina, Fernando Souza do Ó, Theodoro Joahonson, Moacyr Varbieri, Alvaro Nascimento Campos, Arnaldo Teixeira, Eralito Coco, José Lopes de Carvalho, Abílio Fernandes, Oclides Pereira Pontes. Deputados Estaduais: Policarpo H. Machado, Leopoldo Machado Soares, Agostinho Claro de Carvalho, Universina Torres Tatsch, Geminiano Candiota Xavier, Santos Sores, Murilo Vale Machado, João Junqueira Rocha, Amâncio Cabreira, Agostinho Lenuzza, Alfredo Hohendorf, Abrelino Cruz, Elpidio Santos, Percy de Abreu Lima, Antonio Fiesck, José Pinho¹³. No entanto, a LEP não logrou êxito nas eleições de outubro.

A União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo (1935)

Em uma assembléia geral realizada no dia 19 de fevereiro de 1935, na sede da Sociedade Operária Beneficente, foi fundado, por iniciativa de mais de 70 trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo. Segundo noticiou o jornal *O Nacional*, a recém-criada associação tinha o objetivo de “propiciar aos seus sócios melhores dias de vida, seguindo uma orientação absolutamente proletária e acatando, intransigentemente, a soberania das assembléias, cujas resoluções serão executadas pela Comissão Executiva¹⁴”. Após a sua criação, foi distribuído pela cidade o seguinte boletim:

A todos os trabalhadores de Passo Fundo, sem distinção de cor, classe ou nacionalidade, credo político ou religioso:

Companheiros!

A nossa situação de vida é cada vez mais grave, o desemprego aumenta, os salários são insignificantes que mal correspondem às nossas necessidades, os nossos filhos depauperam-se pela má alimentação e pela falta de necessário conforto. A jornada de 8 horas não é executada, urge de nós trabalhadores unir as nossas forças para conquistarmos melhores dias de vida.

É com esse objetivo que se fundou a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo, com a participação de 70 e tantos trabalhadores da localidade, que em um só bloco dá o seu brado de alerta para cerrarmos fileira em torno das seguintes reivindicações:

1º - Jornada de 8 horas sem diminuição dos salários;

2º - Na base dos salários atuais, 20% de aumento;

3º - Que as horas excedentes das 8 horas sejam consideradas extraordinárias e pagas nas seguintes bases: até às 18 horas 50% de aumento; das 18 às 21 horas, 100% de aumento; e das 21 horas em diante, 200% de aumento.

Companheiros! Isto é possível com a cooperação de todos os trabalhadores sinceros em torno do nosso sindicato.

Operários de construção civil, estiva, carregadores, chauffeurs (sic), metalúrgicos, trabalhadores de hotéis e restaurantes, padarias, sapateiros, lavadeiras, alfaiates, marceneiros, moinhos, serrarias, empregados do comércio, comparecei à Assembléia da União Geral dos Trabalhadores, a realizar-se terça-feira, dia 26, na sede da Sociedade Operária, às 20:30, para apresentarem as suas reivindicações mais sentidas, a serem incluídas em nosso programa¹⁵.

Infelizmente, não há muitas informações acerca da União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo. Contudo, podemos afirmar que essa efêmera¹⁶ entidade reuniu alguns militantes comunistas locais, e que os seus membros apoiaram e

ingressaram, alguns meses depois, ao núcleo local da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), a exemplo da AIB, também teve grande abrangência nacional e se tornou bastante expressiva, produzindo grande mobilização no país. A ANL foi lançada a 30 de março de 1935, em um grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL. O porta-voz da proposta foi o então estudante comunista Carlos Lacerda (VIANNA, M., 2003, p. 81).

Totalmente divergente da AIB, a Aliança Nacional Libertadora defendia propostas anti-fascistas, antiimperialistas e anti-latifundiárias, congregando comunistas, socialistas e importantes lideranças civis e militares (muitos oriundos dos setores tenentistas e liberais) desiludidas com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930 (PANDOLFI, 2003, p. 31-32). Aliás, como lembra-nos Boris Fausto (2006, p. 197), o programa básico da ANL tinha um conteúdo nacionalista e nenhum dos seus cinco itens¹⁷ se dirigia especificamente aos problemas operários.

Em poucos meses, a Aliança Nacional Libertadora ganhou bastante projeção. Com centenas de núcleos espalhados em diversas cidades do país (sendo a maioria no Rio de Janeiro) a ANL rapidamente conseguiu a adesão de milhares de simpatizantes. Em Passo Fundo, as primeiras reuniões visando a fundação de um núcleo aliancista na cidade começaram em maio, mais exatamente em um domingo, dia 19 de maio de 1935. Neste dia, pela manhã, vários interessados no assunto reuniram-se no escritório do advogado Verdi De Cesaro para tratar das providências para a instalação de um núcleo da ANL nesta cidade. Sobre essa reunião, *O Nacional* relata:

(...) Esta reunião preliminar ficou assentada a escolha de uma Comissão Provisória de Organização, composta de cinco elementos, que deverá desenvolver uma intensa propaganda e divulgação do programa e dos ideais da ANL. O Comitê ficou constituído pelos srs. Verdi de Cesaro, Joaquim Musa, Pedro Ferrão Teixeira, Eduardo Barreiro e Enio Mailander. Esta comissão provisória ficou com

amplos poderes para inscrever todos os que se solidarizarem com o programa da ANL, devendo muito breve instalar solene e publicamente o diretório definitivo. Foi aprovada também nessa reunião a expedição de um telegrama à organização central no Rio de Janeiro com os termos que se seguem: (...) ¹⁸.

Durante o seu processo de gestação, a ANL de Passo Fundo despertava o interesse da população local (que se dirigiam até a sua sede em busca de material de propaganda e, sobretudo, da carta de adesão de Luis Carlos Prestes¹⁹), além de receber um considerável número de adesões.

Aliás, na mesma época em que o núcleo de Passo Fundo estava sendo organizado, instalou-se, a 5 de junho de 1935, em Porto Alegre o núcleo aliancista estadual, sendo eleitos Dionélio Machado e Agildo Barata Ribeiro, respectivamente presidente e vice-presidente. ²⁰

Poucos dias depois, seria constituída a direção da ANL em Passo Fundo: Presidente: João Junqueira Rocha (advogado); Vice-presidente: Eugenio Zanin (comerciante); Secretário-geral: Verdi De Cesaro (advogado); Secretario: Joaquim Musa (professor); Tesoureiro: Eduardo Barreiro (hoteleiro); Delegados de propaganda: Donato Luiz da Silva e Theobaldo Fleck (marceneiros). ²¹

Contudo, o diretório da ANL de Passo Fundo somente foi oficialmente instalado no dia 27 de junho, em uma solenidade na sede da Sociedade Operária Beneficente. Nessa ocasião destacou-se o discurso proferido por Verdi De Cesaro, no qual explicava as finalidades da ANL enfatizando que esta não era uma organização comunista. ²²

Nesse sentido, o discurso de De Cesaro revela-nos que, embora a ANL tenha abrigado em seu seio um grande contingente de comunistas, é uma interpretação errônea considerá-la, pura e simplesmente, como uma organização comunista. De fato, muitos estudos demonstram que a ANL aglutinou diversos setores da sociedade em prol do seu ideário e, portanto, tratou-se de uma organização heterogênea. Por exemplo, em Passo Fundo, muitos integrantes da ANL nunca foram adeptos do marxismo, dentre eles o próprio De Cesaro, João Andrade (um barbeiro que se tornaria presidente do COPF e representante local do Ministério do Trabalho), Múcio de Castro (jornalista que assumiria a direção do jornal *O Nacional* na década de 1940), dentre outros.

De qualquer forma, em todo o país, inclusive em Passo Fundo, os comícios da ANL sempre contavam com uma grande multidão, dentre eles militares insatisfeitos com o governo²³. Também não foram raros, nesses comícios, os confrontos entre aliancistas e integralistas e as intervenções policiais.

Contudo, a situação começou a tornar-se mais crítica quando o jornal aliancista *A Manhã* desafiou o governo, ameaçando-o com uma greve geral com a participação de mais de 2,5 milhões de trabalhadores. Esse episódio esquentou ainda mais o clima político no país, que vivia sob permanentes boatos de conspirações golpistas contra Vargas. E esses boatos não incluíam apenas o PCB, mas também os setores militares descontentes.

E foi em virtude desse clima que, em abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Essa lei previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados. Nesse contexto, não tardaria para o governo colocar a ANL na ilegalidade, o que ocorreu no início de julho, após os comícios ocorridos no dia 5. Nesta data, a ANL organizou gigantescos comícios em todo o Brasil, pois se tratava de uma data cheia de simbolismo: “era um dos dias mais gloriosos da nossa história, aquele que marca o início do movimento de libertação nacional das garras do imperialismo²⁴”. Na verdade, o dia 5 de julho entrou para a história do Brasil como o dia da Revolta do Forte de Copacabana, o que comprova que a ANL também era um reduto dos setores tenentistas descontentes com os rumos que a Revolução de 1930 havia tomado.

Entretanto, convém salientar que os comícios programados para esta data não ocorreram como esperavam os aliancistas, pois a intervenção policial se fez presente. No Rio de Janeiro, a polícia efetuou várias prisões e, alegando falta de local, o comício não ocorreu, limitando-se a uma sessão comemorativa na sede da ANL, durante a qual foi inaugurado um retrato de Luís Carlos Prestes²⁵. Em Porto Alegre, o comício foi realizado no Theatro São Pedro, mas antes a polícia revistou o teatro, que estava lotado²⁶.

Em Passo Fundo, o comício seria realizado na Praça Marechal Floriano, entretanto, pela manhã, o Cel. Comandante do 3º RCBM e o Delegado de Polícia notificaram os srs. João Junqueira Rocha e Verdi De Cesaro que o interventor do estado, Flores da Cunha, havia proibido qualquer comício ou passeata da ANL. Diante dessa proibição, o Diretório aliancista municipal resolveu realizar o comício na sede da Sociedade Operária, que estava completamente lotada. *O Nacional*²⁷ detalha esse comício:

Às 20 horas, o dr. João Junqueira Rocha, presidente do DMP, deu início ao comício, produzindo um substancioso discurso entrecortado de aplausos, explicando as finalidades da ANL, que disse ser a defesa das liberdades democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio. (...) Em seguida falou o proletário Jonathas Diniz, que produziu entusiástica oração frisando a diferença entre a ANL e o comunismo. (...) Logo após foi dada a palavra ao secretário-geral, dr. Verdi De Cesaro, (...) que iniciou o seu discurso dizendo que estranhava haver duas constituições em vigor, a federal e a do estado, garantindo o direito do povo fazer comícios pacíficos e estranhar o governador proibir a realização dessa homenagem patriótica à glória de heróis nacionais (...). Por último, falou o sr. Eduardo Barreiro (...). Passava às 22 horas quando encerrou-se o comício, dissolvendo a numerosa assistência com repetidas e vibrantes aclamações ao nome de Luiz Carlos Prestes, à ANL e os seus próceres mais destacados.

Apesar da intervenção policial, as notícias eram que os comícios da ANL realizados em todo o país ocorreram sem “incidentes desagradáveis”. Porém, o ministro da Guerra não perdoou os militares que participaram desse comício, punindo-os.

De qualquer forma, os comícios de 5 de julho foram a “gota d’água” para o governo decidir a fechar a ANL e, nesse sentido, o pretexto foi um manifesto de Luís Carlos Prestes, lido por Carlos Lacerda nesta ocasião.

Dessa forma, no dia 12 (numa sexta-feira) o governo decretou o fechamento de todos os núcleos da ANL no país por seis meses, pois ela estava incidindo as sanções da Lei de Segurança Nacional. Tal decreto fundamentava-se na alegação de que a ANL estava desenvolvendo uma altíssima propaganda subversiva da ordem pública e social existente. Assim, àquele final de semana (dias 13 e 14) seria marcado pelo cumprimento da ordem de fechar as sedes aliancista pelo país. Em Passo Fundo, no sábado à noite, a

diretoria da ANL local foi notificada pelo Cel. Jorge Pelegrino Castiglione, comandante do 3º Regimento da Brigada, de que, por ordem do governo federal, foram fechadas por seis meses as sedes da ANL em todo o território nacional e que, portanto, “ficava absolutamente interdita a sede do núcleo desta cidade²⁸”.

O fechamento da ANL provocou reações em todo o país, esquentando o clima político. Houve acalorados debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do país (reprimidas pelo governo). Em seguida, iniciaram-se as acusações de comunismo²⁹. A partir daí, começaram as prisões contra comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democratas. E mais, panfletos contra a ANL falavam de “planos assassinos” dos comunistas, que teriam conseguido ganhar Lampião para sua causa (VIANNA, 2003, p. 86).

Em Porto Alegre, o presidente do Diretório Estadual da ANL, Dionélio Machado, foi preso e condenado a 10 meses de prisão, mas foi solto, através de um *habeas-corpus*, em novembro. Em Passo Fundo, as prisões contra membros do núcleo aliancista local só seriam efetuados após os levantes de novembro.

Na clandestinidade, a ANL esvaziou-se e, a partir daí, Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para a deflagração de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes (PANDOLFI, 2003, p. 32).

Os levantes de novembro de 1935 e as suas implicações em Passo Fundo

Deflagrados em Natal, no dia 23 de novembro, em Recife, no dia 24, e no Rio de Janeiro, no dia 27, os levantes, que tiveram diferenças marcantes, foram rapidamente e violentamente reprimidos e ficaram conhecidos, para alguns, como “Insurreição Comunista” ou, para outros, como “Intentona Comunista”. Embora boa parte da historiografia considere esses levantes comunistas, essa visão não é uma unanimidade. Por exemplo, para Marly Vianna (2003, p. 101):

Os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação da rebeldia tenentista, o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares. Luís Carlos Prestes, o líder tenentista já convertido ao comunismo, possibilitou a unidade entre os tenentes revolucionários e o PCB.

Segundo a autora, apesar da participação de comunistas, a insurreição não teve sequer um caráter socialista, pois a plataforma do movimento era a dos tenentes, sobretudo os ligados aos ideais aliancistas – de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia (Idem, p. 102).

Polêmicas à parte, o que nos interessa aqui são as conseqüências político-sociais que tiveram esses movimentos para a história do país. Depois desses episódios, o Brasil enfrentou uma forte repressão – não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores ao regime. Conseqüentemente, ocorreram milhares de prisões, incluindo deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Além disso, mais de cem oficiais e centenas de sargentos, cabos e soldados foram expulsos do Exército.

Portanto, os levantes de novembro acabaram servindo de pretexto para o fechamento do regime. A partir de então, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas, como o estado de sítio e o estado de guerra, outorgando poderes praticamente ilimitados ao Executivo³⁰.

Em Passo Fundo, a repressão não tardou a chegar. Assim, no dia 1º de dezembro, foram presos João Junqueira Rocha, Eduardo Barreiro e Pedro Ferrão Teixeira, acusados de comunistas. No dia seguinte também seriam presos, sob a mesma acusação, Jonathas Diniz, João Muniz e José Mendonça Telles. Todos ficaram detidos na cadeia civil, exceto Junqueira Rocha, que, por ser presidente da OAB na cidade, além de um cidadão influente, ficou detido na sede da prefeitura. Em seguida, todos, exceto João Muniz, que provou sua inocência, foram transferidos a Porto Alegre. Nessa viagem, os detidos viajaram na segunda classe, exceto Junqueira Rocha, que viajou na primeira³¹.

Em menos de uma semana todas essas pessoas já estavam soltas, mas a repressão continuava na cidade. No dia 8 de dezembro, a polícia prendeu mais dois

indivíduos acusados de possuírem “idéias extremistas”: tratava-se de João Roma e Eduardo Zanin. Ambos também foram remetidos a Porto Alegre³². Contudo, devemos salientar que inúmeras outras pessoas também foram detidas nessa época.

Nessa época, convém ressaltar que a cidade vivia sob um clima de delação que atemorizava boa parte da população. Além disso, o período foi marcado também pelo cerceamento das liberdades individuais. Por exemplo, para um indivíduo poder simplesmente viajar, para realizar algum encontro coletivo, dentre outras coisas, era obrigatória a autorização do delegado local.

Ademais, em Passo Fundo também houve o combate às lideranças operárias consideradas “extremistas”, como foi o caso, por exemplo, de João Junqueira Rocha. A 13 de abril de 1936, após a realização do comício eleitoral da Sociedade Operária, Junqueira Rocha foi reeleito, quase unanimemente, presidente da entidade, mas, no dia 15, foi preso e enviado a Porto Alegre³³.

Portanto, desde o final de 1935, o país passou a viver sob a égide de uma repressão implacável que tornava qualquer tipo de resistência praticamente impossível. Tal conjuntura foi favorecida pelo fato do Congresso ter aprovado quase³⁴ todas as medidas solicitadas pelo Poder Executivo, outorgando-lhe, dessa forma, um poder praticamente ilimitado. A partir de então, o caminho estava aberto para golpe de Estado.

O Estado Novo

Durante o Estado Novo, os antigos líderes sindicais, sobretudo os comunistas, foram reprimidos e afastados dos sindicatos da cidade, que passaram a viver sob a égide do Círculo Operário Passofundense. Dessa maneira, o movimento operário e sindical de Passo Fundo foi eficazmente controlado pela Igreja Católica e pelo Ministério do Trabalho³⁵.

O epílogo do Estado Novo e a fundação do PCB em Passo Fundo

Com as primeiras fissuras do Estado Novo, provocada pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as vozes que clamavam pelo regime democrático ecoavam cada vez mais altas em vários setores da sociedade civil, militares e mesmo dentro do próprio governo. A partir de então os acontecimentos que evidenciavam o final do Estado Novo se precipitaram: no final de 1944 são lançados os nomes do brigadeiro Eduardo Gomes e do general Eurico Gaspar Dutra como candidatos à sucessão de Vargas; em fevereiro de 1945 foi decretado o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional; no dia 18 de abril, o governo decreta anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando desde liberais até comunistas; a 28 de maio é decretada a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos³⁶. Dessa forma, solidificava-se o processo de transição, orientado pelo governo federal, denominado por Luiz Werneck Vianna (1989) de “redemocratização pelo alto”.

Nesse contexto, Getúlio Vargas já vinha, há algum tempo, implementando um complexo e eficiente projeto que lhe permitiu conquistar os trabalhadores como sua nova e ampla base de apoio. Fundamentada na “ideologia da outorga”, Vargas teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a o identificarem como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos³⁷. O sucesso desse projeto varguista pode ser atestado através da dimensão que alcançou o movimento queremista em 1945, um grande movimento sócio-político favorável ao continuísmo de Getúlio Vargas no poder.

Em fins de julho e início de agosto de 1945, o movimento queremista ganhou um enorme relevo, com a eclosão e de inúmeras manifestações e comícios em todo o país, e tornando-se mais definidas suas as feições em termos organizacionais e políticos, sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal.

No dia 15 de agosto, Luis Carlos Prestes comunicou que o PCB defendia a instalação de uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais. O Partido Comunista assumia, assim, o lema que, até então, recusara a autoria: “Constituinte com

Getúlio”. Porém, o medo de que o lema permitisse a Vargas ampliar suas manobras continuístas uniram, no mesmo protesto, líderes da UDN, PSD, PL, Esquerda Democrática, católicos e o próprio Góes Monteiro (FERREIRA, 2003, p. 23-24).

Entretanto, apesar das inúmeras manifestações, Vargas não se desincompatibilizou para concorrer às eleições, o que gerou uma grande frustração entre os queremistas. A partir de então, o movimento reelaborou um novo lema: “Constituinte com Getúlio” tornou-se a palavra de ordem a partir de setembro.

Em Passo Fundo, o movimento queremista também foi bastante significativo, sobretudo nos meses de agosto e setembro. Nesse sentido, convém ressaltar que os comunistas locais ingressaram no movimento queremista local, uma vez que apoiavam o lema “Constituinte com Getúlio”. Aliás, a fundação de um diretório do PCB em Passo Fundo está intimamente relacionado ao movimento queremista, uma vez que Sérgio Holmes, secretário sindical do PCB estadual, veio à cidade não apenas para presidir a cerimônia, mas também para também para iniciar na cidade o movimento pró-Constituinte³⁸.

Assim, a 15 de setembro de 1945, num sábado à noite, no Cine Teatro Imperial, ocorreu a solenidade de instalação do Comitê local do PCB. Segundo noticiou *O Nacional*³⁹, o recinto do teatro encontrava-se lotado, com pessoas de todos os matizes políticos, incluindo também as famílias passofundenses. A sessão, que foi presidida por Sérgio Holmes, iniciou-se com o cântico do Hino Nacional e, após o discurso de João Junqueira Rocha – um dos principais líderes comunista na cidade desde a década de 1930 e que se desligou do PCB em novembro por divergências doutrinárias –, as bandeiras do Brasil, da Rússia, dos EUA e da Inglaterra foram saudadas com entusiásticas salvas de palmas dos presentes, numa alusão à vitória dos Aliados na Segunda Guerra. O diretório do PCB de Passo Fundo localizava-se na esquina da Avenida Brasil com a Avenida Sete de Setembro⁴⁰.

Após a criação do PCB em Passo Fundo, o núcleo local organizou, no dia 20 de setembro, um comício pró-Constituinte na Praça Marechal Floriano⁴¹. No entanto, não tardou para surgirem as primeiras reações contra os comunistas locais, sobretudo da Liga Eleitoral Católica. Assim, a LEC organizou um grande comício no dia 23 de

setembro e, a partir de então, um combate sistemático contra “os vermelhos” – como eram chamados os comunistas⁴².

Em nível nacional, naquele momento o quadro político era tenso. Vargas tinha conhecimento de que as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes não gozavam de popularidade, enquanto o “queremismo” era identificado como o movimento mais forte do país, sob o ponto de vista de opinião e de capacidade eleitoral (GOMES, 2005, p. 286).

Em outubro, o clima político catalisava várias reuniões de políticos, civis e militares, cuja principal preocupação era a ameaça dos queremistas e a presença dos comunistas. A situação precipitava-se cada vez mais e a nomeação de Benjamin Vargas para a Chefatura da Polícia do Distrito Federal funcionou como a gota d’água para as já ensaiadas conspirações (Idem, p. 287-288). Assim, com grande prestígio entre os trabalhadores e manobrando a sua continuidade na presidência da República, Vargas, em 29 de outubro, foi deposto por um golpe militar, encabeçado por Dutra e Góis Monteiro.

Comunismo e anticomunismo em Passo Fundo em 1946

Legalizado, o diretório local do PCB participou ativamente da vida política e social da cidade. Em 1946, os comunistas participaram do Movimento de Reação Popular de Passo Fundo, cuja principal luta era contra a carestia de vida. Salvo engano, nessa época os militantes comunistas mais conhecidos na cidade eram Eduardo Barreiro, João Roma, João Cony, Ernesto Delvaux e Albertina Rosado.

Por outro lado, os comunistas locais, ao longo de todo o período 1945-1964, não tiveram sucesso no âmbito sindical, uma vez que os sindicatos passofundenses estavam sob a égide do Círculo Operário Passofundense. De fato, como recorda o militante comunista Saul Gomes Ortega⁴³, era muito difícil angariar trabalhadores para o comunismo dentro dos sindicatos. No máximo, conseguiam a adesão de um ou, no máximo, dois trabalhadores em cada sindicato.

Entretanto, um fato que merece destaque no curto período de existência legal do diretório pecebista local foi a visita do senador, e líder comunista nacional, Luís Carlos Prestes à cidade, no dia 17 de outubro de 1946. Nessa oportunidade, foi organizado um grande comício do PCB no Altar da Pátria⁴⁴.

Contudo, a participação política e as diversas manifestações dos comunistas desagradavam amplos setores da sociedade passofundense. Dessa forma, não tardou para iniciar-se um grande movimento anticomunista, oficializado, a 24 de novembro de 1946, através de um grande comício realizado no Altar da Pátria⁴⁵. Nesse comício nasceria o Movimento Anticomunista de Passo Fundo, cujo principal objetivo era “combater, sem tréguas, o comunismo, servindo-se, para isso, de todos os meios compatíveis com os mais sagrados princípios democráticos”. Seu lema era “tudo envidar para expurgar de nossa pátria o indesejável vírus soviético, nefasto, repudiável e atentatório à formação de um povo livre, sentimental e religioso como o nosso⁴⁶”.

Em suma, esse movimento anticomunista aglutinou conservadores, católicos, profissionais liberais, lideranças sindicais, entre outros. Também aderiram ao movimento os setores getulistas. Nesse sentido, convém lembrar que os comunistas romperam com Getúlio Vargas e o PTB em março de 1946 e, a partir de então, passaram a atacar o ex-presidente. Inclusive, em Passo Fundo um comício do PCB, realizado em janeiro de 1947, foi sabotado com o corte da energia elétrica durante 15/20 minutos em virtude das críticas virulentas feitas a Vargas pelo orador comunista⁴⁷.

A cassação do PCB

Uma das principais marcas do governo Dutra foi o seu alinhamento incondicional aos Estados Unidos e, conseqüentemente, a entrada do Brasil na Guerra Fria em 1947, o que deu início, no plano interno, à perseguição aos comunistas. De fato, em maio de 1947, a partir de uma série de “denúncias”, o PCB teve o seu registro cassado e é posto na ilegalidade; a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso; as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários apreendidos e, em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos

de serem comunistas (SEGATTO, 2003, p. 223-224). No plano externo, também em outubro, o governo rompe as relações diplomáticas com a União Soviética.

Em Passo Fundo, no dia 8 de maio de 1947, a polícia fechou a sede do PCB de Passo Fundo, como noticiou o jornal *Diário da Manhã*:

(...) ontem, às 9 horas, o sr. Ivens Pacheco, acompanhado de funcionários da Delegacia de Polícia e bem assim de membros do PCB, esteve naquela sede, tomando as providências legais. Toda a papelada ali encontrada foi apreendida pela Polícia, que apenas encontrou de documento uma relação dos comunistas pertencentes a diversas células instaladas nos subúrbios da cidade. O fichário e demais provas de atividades dos comunistas passo-fundenses não foram encontrados na sede. Depois de cumprir todas as determinações superiores, o delegado Ivens Pacheco determinou que a sede do PCB, à Avenida Brasil, ficasse guarnecida por praças da Brigada Militar até segunda ordem⁴⁸.

Simultaneamente, o Ministério do Trabalho fechou diversas organizações de trabalhadores (CGT, CTB, MUT) e passou a intervir nos sindicatos contrários à sua orientação, inaugurando uma nova fase de repressão ao sindicalismo. Segundo José Antonio Segatto (1987, p. 71), entre 1948 e 1950 a repressão aos trabalhadores tornou-se mais forte. Embora a repressão não utilizasse da violência física, baseado na Lei de Segurança Nacional o governo passou a prender e processar sindicalistas.

A 7 janeiro de 1948, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pelo partido. A partir de então, a polícia fechou os jornais comunistas, prendeu diversos líderes e dirigentes do partido e passou a perseguir seus militantes.

Durante o período de 1943-1947, o PCB vinha adotando uma política de “união nacional” (dentro da lei e da ordem, assentada num regime republicano, progressista e popular), que, inclusive, o tirou do isolamento político e o tornou uma agremiação influente na vida política nacional (sobretudo porque o PCB havia tornado-se mais “popular” e menos “operário” e as preocupações com os problemas da “nação” predominavam sobre os da “classe”, orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, a simpatia de setores das camadas médias). Todavia, depois de ser jogado na ilegalidade (com seus

jornais fechados, seus líderes sindicais afastados pelas intervenções do Ministério do Trabalho, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos), o PCB reviu suas concepções e deu uma guinada política à esquerda, radicalizando-se (SEGATTO, 2003, p. 220-224).

Segundo José Antonio Segatto (Idem, p. 226), a partir dessa guinada política, o PCB subestimou as oportunidades de ação legal e passou a implementar uma orientação exageradamente sectária e voluntarista, estreita e clandestinizante, à base de uma concepção golpista do processo político, o que acabou levando-o ao isolamento.

Aos poucos, essa política foi sendo posta em prática por todos os setores onde o partido tinha alguma penetração ou trabalho. Na área sindical, a atividade dos comunistas voltou-se para o combate aos sindicatos existentes, subordinados ao Estado, ao mesmo tempo em que se dedicava à criação de sindicatos paralelos e independentes, na forma de associações. Paralelamente, desenvolveu a prática de realizar greves na “marra” e a qualquer custo. Contudo, esta orientação teve efeitos bastante negativos para o PCB, no meio sindical e no seio do movimento operário, que perdeu grande parte de sua força e influência. Com o abandono dos sindicatos por parte dos comunistas, abriu-se um espaço no interior das organizações dos trabalhadores, que foi ocupado pelos trabalhistas e por outras forças políticas (Idem).

Em Passo Fundo, a decisão dos comunistas em se afastarem dos sindicatos, na prática, não alterou a situação vigente, uma vez que eles tinham grandes dificuldades em conquistar espaços nesses meios em virtude da tutela do Círculo Operário. Ademais, convém salientar que, nesse momento, a maioria dos líderes sindicais locais tinham alguma vinculação ao PTB ou a Getúlio Vargas. Na verdade, havia uma grande afinidade entre circulistas, trabalhistas e getulistas⁴⁹.

A Liga Passofundense Contra o Comunismo (1953)

Com os principais sindicatos dominados pelas correntes circulista e trabalhista-getulista, os militantes comunistas não conseguiram lograr muito êxito nos meios sindicais locais. Além da hostilidade dos setores ligados à Igreja e a Vargas no âmbito

sindical, os comunistas passofundenses também enfrentariam, a partir do início de 1953, um grande movimento anticomunista.

A Liga Passofundense Contra o Comunismo foi fundada no dia 9 de fevereiro de 1953 e moldava-se ao Movimento Anticomunista de Cruz Alta – movimento este, salvo engano, influenciado pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), iniciado pela Igreja em 1952. No final de fevereiro, foi eleito para a presidência da Liga o tenente-coronel da Brigada Militar Ernani Ferraz Machado⁵⁰.

Segundo o jornal *O Nacional*, a Liga Passofundense Contra o Comunismo:

(...) tem como objetivo precípua o combate permanente e sistemático das ideologias extremistas que visam a queda do regime e do sistema representativo, com a implantação do estado totalitário anti-cristão e anti-democrático. A Liga entende que, dentro da ordem liberal e democrática, podem ser equacionados e solucionados, de modo satisfatório e digno, todos os problemas humanos, inclusive o que diz respeito a chamada questão social, sobre que assenta toda a dialética extremista (...).

A Liga condena toda atividade organizada com o objetivo de solapar as instituições democráticas, de promover o desprestígio dos partidos liberais devidamente legalizados e das tradições cristãs do povo brasileiro. Ela tem como fim cultivar os grandes vultos do nosso passado, prestigiar a ordem constituída, as forças armadas da República, as instituições públicas e religiosas, as agremiações políticas liberais e apoiar todas as medidas que visem o bem estar e a felicidade da família nacional.

Por isso, a Liga Passofundense Contra o Comunismo, em suas atividades, procurará (...) alertar o povo brasileiro contra os extremismos, divulgando todos os fatos relacionados com esse perigo, esclarecendo aos trabalhadores quão ilusório é o “paraíso soviético” e sobre os métodos bárbaros dos regimes totalitários.

Objetiva, ao mesmo tempo, educar socialmente segundo o espírito do seguinte preceito do eminente brasileiro Rui Barbosa: “O que mais releva é que patrões e trabalhadores se aproximem uns dos outros; e que, congradando-se entre si, tornem cada vez menos necessária a interferência legislativa nas relações entre as duas classes⁵¹”.

Seguindo as diretrizes de Rui Barbosa e contando com o apoio de amplos setores da sociedade local, desde sindicalistas, trabalhadores católicos, autoridades eclesiásticas, bacharéis, militares e políticos – como o então deputado federal e líder petebista local César Santos –, a Liga, como ficou evidenciado na citação acima,

também contou com o apoio ostensivo do jornal *O Nacional*, cujo proprietário era o petebista Múcio de Castro.

Em contrapartida, os comunistas reagiram à campanha da Liga e do jornal *O Nacional* através de pichações e da distribuição de folhetos e jornais comunistas (como a *Voz Operária* e a *Tribuna Gaúcha*), acusando-os de “traidores da Pátria” e “aliados dos Estados Unidos”, além de também reafirmarem o seu alinhamento com Stálin e a União Soviética⁵².

A aproximação entre trabalhistas e comunistas

Foi nos anos do governo de Juscelino Kubitschek que ocorreria a aproximação entre trabalhistas e comunistas nos meios sindicais. Os comunistas, que enfrentaram uma traumática crise em virtude das denúncias, em 1956, dos crimes do regime stalinista na União Soviética, passaram a elaborar autocríticas e renovaram suas concepções teóricas e seus métodos de ação⁵³, formulando um novo projeto político. Definido como a “nova política” do PCB (1958/1960), este novo projeto passou a defender, dentro do regime democrático, as bandeiras do nacionalismo e do antiimperialismo, das reformas de base e da reforma agrária (antifeudalismo). Para os comunistas, efetuada essa etapa (reformas), possível pela via democrática, o caminho do socialismo estaria aberto (SEGATTO, 2003, p. 230-231).

Aliás, é importante destacar que a partir da “nova política”, com suas inovações e limites, o PCB, mesmo juridicamente ilegalizado, teve uma inserção crescente e contínua na vida sociopolítica brasileira até 1964, ganhando forte penetração no movimento sindical urbano e rural e entre os estudantes e intelectuais, transformando-se em um importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-1964) (Idem, p. 232-233).

Os trabalhistas, por sua vez, também passaram, no decorrer da década de 1950, por renovações ideológicas. Através da atuação de João Goulart na presidência do partido, o PTB deixou de ser apenas “getulista” para transformar-se em “reformista”, ou

seja, um partido comprometido com o nacionalismo e o programa de reformas econômicas e sociais⁵⁴.

Em suma, no final da década de 1950, trabalhistas e comunistas defendiam valores em comum, como o nacionalismo e o antiimperialismo, a ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores (as reformas de base) e se preocupavam com os trabalhadores e excluídos do campo (reforma agrária e extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses). Dessa forma, não por acaso, se aproximaram, tanto nos sindicatos quanto nos círculos políticos do país.

Portanto, as lutas por melhores condições de vida, por melhorias econômicas e, sobretudo, a encampação de demandas políticas, como as bandeiras nacionalistas e reformistas, foram fundamentais para transformarem definitivamente os sindicatos em atores políticos visíveis e temidos pelos conservadores.

No entanto, nem só da aliança entre trabalhistas e comunistas vivia o sindicalismo no Brasil. Convém ressaltar que, nesse momento, também havia outras correntes, tanto à direita (ademaristas e janistas) quanto à esquerda (“renovadores⁵⁵”, trotskistas e socialistas), além da corrente católica ou circulista, cuja influência era fortemente sentida no Rio Grande do Sul. Ademais, também não podemos deixar de mencionar a criação, em 1959, do Movimento de Renovação Sindical, que reunia dissidentes do PCB, “independentes” e cristãos antagônicos ao circulismo (NEGRO; SILVA, 2003, p. 70).

Aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo?

Se no movimento operário e sindical brasileiro, sob uma perspectiva geral, consolidaram-se as alianças entre trabalhistas e comunistas, o mesmo não podemos dizer em Passo Fundo, pelo menos até o final da década de 1950. De fato, em uma cidade em que os sindicatos eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – através do Círculo Operário –, o forte sentimento anticomunista era um obstáculo quase intransponível para os militantes comunistas, que tinham pouca ou nenhuma influência nos sindicatos passofundenses, apesar dos seus esforços⁵⁶.

Por sua vez, o trabalhismo – na sua versão moderada – era um ideário tolerável pela Igreja Católica, uma vez que, em muitos aspectos, estava em harmonia com a ideologia circulista, particularmente no que tange às leis sociais e trabalhistas. Ademais, em Passo Fundo, muitos líderes sindicais trabalhistas, a exemplo dos circulistas, também compartilhavam o anticomunismo. Na verdade, no sindicalismo passofundense sempre houve uma cumplicidade entre as correntes circulistas e trabalhistas, tanto que, muitas vezes, fica difícil estabelecer as fronteiras entre elas.

Nesse sentido, convém lembrar um acontecimento ocorrido em 1958. Na noite do dia 12 de novembro, os comunistas locais programaram uma passeata denominada “passeata da fome”. No entanto, os boatos de que, nessa manifestação, os estabelecimentos comerciais e industriais da cidade seriam depredados inquietaram a Associação Comercial de Passo Fundo, que solicitou a intervenção da polícia. A polícia proibiu a passeata e os comícios, alegando que, através das sindicâncias realizadas, colheu provas irrefutáveis de que a “passeata da fome” tinha a finalidade de “perturbar a ordem pública e a tranquilidade da família passofundense”. Acerca dos acontecimentos, João Andrade, representando o Círculo Operário e os sindicatos locais, disse que as entidades estavam alheias à “passeata da fome” e apoiavam as medidas policiais. Ademais, João Andrade também revelou que “elementos estranhos” aos sindicatos tentaram arrastar essas organizações operárias para as manifestações, mas não tiveram êxito⁵⁷.

Nesse momento, a aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo se deu somente no âmbito político-partidário, quando os comunistas apoiaram alguns candidatos petebistas. Apesar do anticomunismo de alguns trabalhistas, segundo Saul Gomes Ortega⁵⁸, os comunistas locais tinham uma boa relação com alguns petebistas, pois a sua proposta política era a que mais se aproximava do PCB.

Dentre os candidatos petebistas apoiados pelos comunistas locais estavam os candidatos Benoni Rosado e Sinval Bernardon, que, no pleito municipal de 1959, concorreram, e se elegeram, para aos cargos de prefeito e vice-prefeito respectivamente. Nessa mesma eleição, os comunistas também apoiaram o candidato petebista a vereador Ruyter Carraro, que não se elegeu.

O apoio dos comunistas aos candidatos do PTB foi enfaticamente divulgado pelo jornal *O Nacional* com o claro objetivo de prejudicar, de alguma forma, os seus oponentes políticos, uma vez que o anticomunismo era uma tática eleitoral muito utilizada – e eficaz – naqueles anos⁵⁹. Nesse sentido, devemos lembrar que o proprietário do referido jornal, Múcio de Castro, nesse momento, estava ao lado dos dissidentes do PTB local⁶⁰, que lançaram como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente, Mário Menegaz e Daniel Dipp.

Nessa empreitada política, o jornal *O Nacional* noticiou a seguinte “denúncia”: “Em troca do apoio comunista a Benoni e Sinval, o candidato comunista Ruyter Carraro foi incluído na chapa de vereadores do PTB⁶¹”. Contudo, segundo o militante comunista Saul Gomes Ortega, “Ruyter Carraro não era comunista, mas sim um simpatizante⁶²”.

Nesse sentido, convém lembrar que, naquela época, qualquer pessoa que se posicionasse ao lado das reformas de base, ou lado dos movimentos sociais, era considerada, independentemente da sua matriz ideológica, como comunista.

Nas eleições municipais seguintes, em 1963, os comunistas novamente apoiariam os candidatos do PTB e, inclusive, concorreram à Câmara de Vereadores pela legenda trabalhista através do médico Gilberto Tubina da Silva, que chegou a se eleger, mas “renunciou” em 1965.

No entanto, o apoio dos comunistas aos candidatos trabalhistas, desta vez, gerou um mal estar nos círculos católicos de Passo Fundo. Isso porque, ao lado do candidato a prefeito, Sinval Bernardon, concorreu como candidato à vice-prefeito pelo PTB o presidente do Círculo Operário Passofundense João Andrade.

João Andrade, embora fosse getulista, durante muitos anos procurou não se envolver nas questões político-partidárias – provavelmente para evitar perseguições políticas, já que era também representante do Ministério do Trabalho na cidade. Assim, a participação de Andrade na chapa do PTB representou a sua primeira participação em um pleito político.

Nessa época, segundo o depoimento de Íris de Andrade Morbini, João Andrade, que agora também era brizolista, mantinha relações amigáveis com José Pacheco e João Roma, militantes comunistas locais que passaram a freqüentar o Círculo Operário. E

mais, a sua candidatura pelo PTB também significou o rompimento temporário com Mário Menegaz e Daniel Dipp, dissidentes trabalhistas locais⁶³.

Embora João Andrade gozasse de grande prestígio dentro do Círculo Operário – não por acaso foi reeleito sucessivamente presidente da entidade durante 24 anos –, a sua aproximação dos comunistas, que apoiavam a sua candidatura, desagradava os seus próprios colegas circulistas.

Após a vitória dos candidatos do Movimento Trabalhista Renovador (uma dissidência do PTB liderada por Fernando Ferrari), Mário Menegaz e João Floriani, nas eleições de 10 de novembro de 1963, no dia 19 João Andrade renunciou à presidência do Círculo Operário por ter se sentido “desconsiderado pela maioria dos membros do Círculo Operário, alegando que a sua candidatura teria sido hostilizada⁶⁴”. Segundo Íris de Andrade Morbini, “João Andrade ficou magoado, pois esperava que os operários votassem nele⁶⁵”. Com a renúncia de Andrade, assumiu a presidência da entidade o vice-presidente Manoel Garrido.

Portanto, no âmbito político-partidário, sobretudo no início dos anos 1960, estava consolidada a aproximação dos trabalhistas com os comunistas locais, inclusive na luta pelas reformas de base. Já nos sindicatos de Passo Fundo, a Igreja Católica e alguns líderes sindicais trabalhistas não viam com “bons olhos” essa coalizão.

No entanto, o golpe civil-militar de 1964 iniciaria uma nova fase de repressão aos comunistas locais. Após o golpe, foram presos e enviados a Porto Alegre alguns comunistas locais, dentre eles Ernesto Delvaux, Imbraim Cordeiro de Melo, Antônio Silva (o “Tônico”), Luciano Mota, João Roma, o estudante Sólon Silva. Ademais, também foram presos o jornalista João Baptista de Mello Freitas; políticos e todos os vereadores do PTB; o telegrafista da Viação Férrea Paraguassú de Moura Brizola, irmão de Leonel Brizola; o operário e líder sindical Arno Maier, o sindicalista rural Orlando Bühler, o representante do Ministério do Trabalho e presidente de Honra do COPF João Andrade (que ficou retido menos de uma semana no quartel do Exército). Por outro lado, alguns conseguiram fugir, como, por exemplo, o comunista local José Pacheco.

Considerações Finais

Sem dúvida, os militantes comunistas tiveram uma significativa participação na história política e social de Passo Fundo, embora tivessem que deparar-se com inúmeros obstáculos, como o forte sentimento anticomunista presente na cidade, a dificuldade em penetrar nos sindicatos locais (uma vez que estes eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – através dos Círculo Operário), além das constantes prisões e arbitrariedades.

Enfim, nos limites desse trabalho, procuramos apresentar um “panorama geral” da história desses militantes. Mais uma vez, ressaltamos que a presente pesquisa está em andamento e esperamos, futuramente, apresentar um trabalho mais detalhado.

Referências Bibliográficas

- BATISTELLA, Alessandro. *Movimento operário em Passo Fundo-RS (1920-1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2008.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.13-46.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.
- MARÇAL, João Batista. *Notas para uma história operária de Passo Fundo*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 47-96.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 13-39.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja a nossa pátria!*” História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 217-240.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 63-106.

Jornais

- Jornal *Diário da Manhã*, Passo Fundo-RS
- Jornal *O Nacional*, Passo Fundo-RS.

Entrevistas

- Íris de Andrade Morbini, nascida em 05/12/1927. Filha de João Andrade. Entrevista realizada no dia 24/02/2007, em Passo Fundo.
- Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936. Enteado do comunista Ernesto Delvaux, militou pelo PCB em Passo Fundo nos anos 1950. Entrevista realizada no dia 17/02/2007, em Passo Fundo.

Notas:

-
- ¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 2 maio 1931, p. 1.
- ² *O Nacional*, Passo Fundo, 8 maio 1931, p. 1.
- ³ *O Nacional*, Passo Fundo, 17 mar. 1932, p. 4.
- ⁴ *O Nacional*, Passo Fundo, 31 mar. 1932, p. 3.
- ⁵ *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mai. 1932, p. 3.

- ⁶ Secretário Geral: Policarpo Hibernon Machado; Secretários: Ângelo Plastina, Carlos Gloger, Leopoldo Machado e Arnaldo Teixeira; Tesoureiro Geral: Moacyr Vanier; Tesoureiro Auxiliar: Geraldo Teixeira.
- ⁷ *O Nacional*, Passo Fundo, 7 ago. 1934, p. 1.
- ⁸ A saber: Secretário-Geral: João Junqueira Rocha; Membros: Donato Luiz da Silva, Orestes de Carli, João Roma e Valentim De César (In: MARÇAL, 2010, p. 29).
- ⁹ *O Nacional*, Passo Fundo, 11 ago. 1934, p. 4.
- ¹⁰ *O Nacional*, Passo Fundo, 5 set. 1934, p. 4.
- ¹¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 5 set. 1934, p. 4.
- ¹² *O Nacional*, Passo Fundo, 6 set. 1934, p. 4.
- ¹³ *O Nacional*, Passo Fundo, 10 out. 1934, p. 1.
- ¹⁴ *O Nacional*, Passo Fundo, 25 fev. 1935, p. 4.
- ¹⁵ *O Nacional*, Passo Fundo, 25 fev. 1935, p. 4.
- ¹⁶ A União Geral dos Trabalhadores foi fechada pela polícia no dia 21 de setembro de 1935.
- ¹⁷ 1) a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; 2) a nacionalização das empresas estrangeiras; 3) a reforma agrária; 4) a garantia de liberdades populares; 5) a constituição de um governo popular.
- ¹⁸ *O Nacional*, Passo Fundo, 20 mai. 1935, p. 4.
- ¹⁹ *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mai. 1935, p. 1.
- ²⁰ Sobre a ANL estadual, ver KONRAD (1994).
- ²¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 17 jun. 1935, p. 4.
- ²² *O Nacional*, Passo Fundo, 28 jun. 1935, p. 4.
- ²³ Muitos militares que aderiram à ANL e participavam dos comícios foram expulsos da corporação.
- ²⁴ *O Nacional*, Passo Fundo, 2 jul. 1935, p. 1.
- ²⁵ *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 1.
- ²⁶ *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 1.
- ²⁷ *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 4.
- ²⁸ *O Nacional*, Passo Fundo, 15 jul. 1935, p. 4.
- ²⁹ Em entrevista à imprensa carioca, Filinto Muller exibiu documentos que provavam que a ANL era apenas um plano comunista ramificado em todo o país. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 13 jul. 1935, p. 1.
- ³⁰ A onda repressiva também se fez presente no movimento operário e sindical. Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 48), muitos líderes sindicais e operários foram presos, deportados e mortos e os sindicatos combativos foram sumariamente fechados. E mais, o governo proibiu o direito de greve e dissolveu a Confederação Sindical Unitária. Dessa maneira, como disse Edgard Carone, “para o operariado, o Estado Novo começou em 1935”.
- ³¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 2 e 3 dez. 1935, p. 1.
- ³² *O Nacional*, Passo Fundo, 9 e 13 dez. 1935, p. 4.
- ³³ *O Nacional*, Passo Fundo, 14 e 16 abr. 1936, p. 4.
- ³⁴ Em julho de 1937, o Congresso não renovou o estado de sítio solicitado por Vargas.
- ³⁵ Para mais detalhes, ver Batistella (2008).
- ³⁶ A grande inovação da lei é que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional. Este dispositivo visava não apenas a evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, que tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios derivados do liberalismo clássico (BODEA, 1992, p. 14).
- ³⁷ Acerca disso, ver principalmente os trabalhos de Jorge Ferreira (1997 e 2001) e Angela de Castro Gomes (2005).
- ³⁸ *O Nacional*, Passo Fundo, 11 set. 1945, p. 4.
- ³⁹ *O Nacional*, Passo Fundo, 17 set. 1945, p. 4.
- ⁴⁰ O Comitê local do PCB ficou assim estabelecido: João Roma: secretário geral; Eduardo Barreiro: tesoureiro; Edilom Escobar Yupen: secretário eleitoral; Euclides Moreira: secretário de divulgação; Emilio Anaurelino Camargo: secretário eleitoral; João Junqueira Rocha e Sérgio Holmes, representantes do Comitê Estadual.
- ⁴¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 19 set. 1945, p. 4.

- ⁴² Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 22 set. 1945, p. 4; 24 set. 1945, p.1 e 4; e 25 set. 1945, p. 1 e 4.
- ⁴³ Depoimento de Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936. Enteado do comunista Ernesto Delvaux, militou pelo PCB em Passo Fundo nos anos 1950.
- ⁴⁴ Mais detalhes desses comícios, ver *O Nacional*, Passo Fundo, 17 out. 1946, p. 1 e 4; 18 out. 1946, p. 1 e 4; 19 out. 1946, p. 1; e 21 out. 1946, p. 4. Ver também: *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 18 out. 1946, p. 4.
- ⁴⁵ Mais detalhes acerca do comício anticomunista ver *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 24 nov. 1946, p. 2; *O Nacional*, Passo Fundo, 25 nov. 1946, p. 4.
- ⁴⁶ *O Nacional*, Passo Fundo, 3 dez. 1946, p. 4.
- ⁴⁷ *O Nacional*, Passo Fundo, 18 jan. 1947, p. 1.
- ⁴⁸ *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 9 mai. 1947, p. 4.
- ⁴⁹ Nesse sentido, é importante lembrar que trabalhismo e getulismo não são sinônimos. O getulismo é um fenômeno sentimental, é um fenômeno de gratidão coletiva a Getúlio Vargas. Já o trabalhismo é um movimento político que, com o PTB, ganhou a forma partidária. Assim, o getulismo pode não ser trabalhista (LIMA apud FERREIRA, 2005, p. 121).
- ⁵⁰ *O Nacional*, Passo Fundo, 26 fev. 1953, p. 4.
- ⁵¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 18 fev. 1953, p. 4.
- ⁵² Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 19 fev. 1953, p. 1; e 27 fev. 1953, p. 1.
- ⁵³ Tais mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado *Declaração de Março* de 1958 e consolidadas na *Resolução* do V Congresso em 1960. No entanto, as mudanças operadas foram parciais e não romperam de forma radical e profunda com o passado; ao contrário, conservaram traços pretéritos fundamentais. Ver mais em SEGATTO (2003).
- ⁵⁴ Convém lembrar que, embora a cúpula partidária do PTB fosse da corrente “reformista”, também havia setores dentro do partido contrários à orientação dada por Jango. Ademais, durante o governo JK, o PTB manteve-se em uma posição ambígua e complexa de, ao mesmo tempo, ser um “partido de governo e de oposição”. Ou seja, ao mesmo tempo em que partilhava os dividendos dos acertos do governo JK, porque era seu parceiro, criticava a sua inércia reformista. Na verdade, a atuação do partido, no tocante às reformas, ficou restrita à ação parlamentar, não tendo acolhida no parlamento ou no Executivo. Assim, as reivindicações reformistas e nacionalistas ficaram no papel e nos comícios. In: D’ARAUJO (1996, p. 124-125).
- ⁵⁵ Segundo Marcelo Badaró Mattos (2003), os “renovadores”, em geral, eram uma ala de esquerda que criticava o PCB.
- ⁵⁶ Segundo Saul Gomes Ortega, um dos principais temas discutidos nos “aparelhos” clandestinos do PCB em Passo Fundo era acerca da importância da militância nos sindicatos. No entanto, os tais objetivos eram inviabilizados devido à forte influência do COPF nos sindicatos locais.
- ⁵⁷ *O Nacional*, Passo Fundo, 13 nov. 1958, p. 1; e 14 nov. 1958, p. 1. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 13 nov. 1958, p. 4; e 14 nov. 1958, p. 4.
- ⁵⁸ Depoimento de Saul Gomes Ortega.
- ⁵⁹ Sobre o anticomunismo como tática eleitoral, ver RODEGHERO (1998).
- ⁶⁰ Sobre mais detalhes acerca do cisma do PTB em Passo Fundo ver BENVENEGNÚ (2006).
- ⁶¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 7 nov. 1959, p. 1.
- ⁶² Depoimento de Saul Gomes Ortega.
- ⁶³ Depoimento de Íris de Andrade Morbini.
- ⁶⁴ *O Nacional*, Passo Fundo, 19 nov. 1963, p. 1.
- ⁶⁵ Depoimento de Íris de Andrade Morbini.